A C Ó R D Ã O N° 32.284
(Processo nº 2000/51154-9)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS (Convênio nº 034/99 – SAGRI)

Responsável: Sr. FRANCISCO OSMILDO SANTIAGO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE

EMENTA: “Hão de ser consideradas irregulares as contas em julgamento, devendo o responsável devolver aos cofres estaduais o valor recebido atualizado e multa regimental.”

Relatório do Exmº. Sr. Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE:
Processo nº 2000/51154-9

Tomada de Contas do Convênio nº 034/99, firmado em 01 de abril de 1999, entre a Secretaria Executiva de Agricultura -SAGRI e a Prefeitura Municipal de Placas, sob responsabilidade do Sr. Francisco Osmildo Santiago - Prefeito, com vigência até 31 de dezembro de 1999.

Os recursos repassados no valor de R\$-5.000,00 (Cinco mil reais), objetivaram a promoção de um "Programa de Desenvolvimento para o Setor Rural do município, mediante apoio para contratação de técnicos para prestarem serviços junto a comunidade de pequenos produtores".

O DCE em manifestação às fls. 27, opina no sentido de que seja o responsável, considerado em débito para com a Fazenda Pública Estadual da importância de R\$-5.000,00 (Cinco mil reais), em virtude do mesmo não ter apresentado a documentação comprobatória pertinente ao emprego dos recursos do convênio, sugerindo ainda, a aplicação de multa, face a infringência da norma regimental que ensejou a presente Tomada de Contas.

O douto Ministério Público às fls. 30, requereu, preliminarmente, a citação do responsável para apresentar defesa, no prazo regimental.

Devidamente citado, o responsável não se manifestou.

O douto Ministério Público às fls. 36, acompanha o posicionamento da seção técnica e opina pela irregularidade das presentes contas, devendo o seu responsável ser declarado em débito para com o Erário Estadual, pela quantia recebida através do supra citado convênio, com os acréscimos legais, sem prejuízo da aplicação da multa regimental.

É o relatório.

V O T O:

Face as falhas de natureza contábil alencadas durante análise dos autos, considero as presentes contas irregulares, devendo o responsável pelas mesmas, recolher ao erário público a quantia recebida no valor de R\$-5.000,00 (Cinco mil reais), devidamente atualizada, com aplicação de multa de R\$-100,00 (Cem reais).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, julgar irregulares as contas do Sr. FRANCISCO OSMILDO SANTIAGO, ex-prefeito, devendo o mesmo recolher a quantia de R\$-5.000,00 , devidamente atualizada, mais a multa de R\$-100,00 (cem reais), na forma do voto do Exmº. Sr. Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE, Relator.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 19 de março de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

FERNANDO COUTINHO JORGE
Relator

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

LAURO DE BELÉM SABBÁ

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
OLIVEIRA

MARIA DE LOURDES LIMA DE

Presente à Sessão: O Procurador-Chefe Dr. Antônio Maria F. Cavalcante.
RC/0100455/